



ATA DA 3^a REUNIÃO ORDINÁRIA DO FÓRUM NACIONAL DE ECONOMIA CIRCULAR

Aos 7 dias de agosto de 2025, o Fórum Nacional de Economia Circular (FNEC) reuniu-se presencialmente no Salão Nobre, no 9º andar, bloco K, na Esplanada dos Ministérios, e virtualmente, por meio de videoconferência, com horário de início às 14h30 e horário de término às 17h. A lista de presença dos participantes, incluindo os que participaram remotamente, encontra-se disponível no processo SEI nº 19687.000554/2025-20, com registro específico da participação virtual no documento

SEI n° 53378238.

1. Abertura

A reunião foi iniciada pela Secretária Júlia Cortez da Cunha Cruz, nova Secretária de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria (SEV/MDIC), que agradeceu a presença de todos e reforçou a importância do Fórum como espaço de convergência de diversos atores do setor. Destacou a agenda extensa e a necessidade de objetividade para encerramento às 17h.

A Secretaria Júlia informou que o quórum foi cumprido, dispensando a leitura da portaria de membros do Fórum. Houve comunicado sobre mudança na bancada da mesa: o Sr. Lucas Ramalho Maciel foi promovido a Secretário Adjunto da SEV e a Sra. Sissi Alves da Silva assumiu a Diretoria do Departamento de Novas Economias (DNOVA). Após a abertura, a Secretária Júlia apresentou a pauta da reunião.

2. Aprovação da ata da 2^a reunião (8/5/2025)

Foi constatado quórum para o início dos trabalhos. A ata da reunião anterior, de 08/05/2025, foi aprovada sem objeções.

3. Informes Gerais

- O Secretário Adjunto da SEV/MDIC, Sr. Lucas, iniciou sua fala agradecendo a Secretária Júlia pelas palavras proferidas durante a abertura da reunião. Logo após, informou sobre os grupos de trabalho instituídos para estabelecer as cotas de importação de resíduos decorrentes da aprovação da lei nº 15.088/2025, que restringe a importação de resíduos. Informou que o governo estabeleceu o Decreto nº 12.451/2025 determinando algumas exceções a resíduos que poderiam passar a ser importados, e que o Fórum

Nacional de Economia Circular seria consultado para a proposição de cotas de importação de resíduos. O Sr. Lucas destacou que, após diversas reuniões, houve a proposição de cotas para caco de vidro incolor (9 mil toneladas por ano), aparas de papel fibra longa (78 mil toneladas/ano) e a não restrição para importação de resíduos de ferro, aço e alumínio.

- O Secretário Adjunto também informou que foram enviadas manifestações para Secretaria Executiva da COP30 para que fosse inserido o tema de economia circular como um tema transversal e estratégico na programação e que foi aceito. É a primeira vez que a economia circular aparece com esse destaque na COP e a secretaria conseguiu três importantes eventos propostos pelo Fórum Nacional de Economia Circular, que ocorrerão nos dias 10 e 11 de novembro.
- Atualizou informações sobre o decreto de logística reversa de embalagens plásticas, que está avançando e que terá uma reunião para fechamento nas próximas semanas na Casa Civil. O decreto ampliará metas de recuperação de embalagens e de incorporação de resíduos plásticos na produção de novos materiais e novas resinas.
- O Sr. Lucas informou que foi aprovada, na última reunião do FNEC, uma declaração de todos os ministros da indústria que tem acento no BRICS, são dois parágrafos enaltecedo a importância da economia circular. Esse fato dará abertura para uma série de políticas públicas para fomentar a economia circular.
- Também comentou sobre o PL 3899/2021, no qual foi apensado o PL 1874/2022, e que trata da instituição da Política Nacional de Economia Circular. Ressaltou os desafios no trâmite legislativo e a necessidade de amadurecimento do texto. Informou, ainda, que o tema tem sido tratado pela assessoria parlamentar do MDIC, em conjunto com outros ministérios, com o objetivo de desapensar o PL 1874, de modo a viabilizar a aprovação da Política Nacional de Economia Circular. O Sr. Davi Bomtempo (CNI) corroborou com o Sr. Lucas em relação ao PL 1874. A Secretaria Júlia comentou que é do interesse de todos que o PL 1874/2022 fosse aprovado da forma como foi elaborado.

4. Apresentação e Aprovação do Regimento Interno

O regimento foi apresentado pelo Sr. Eduardo Rocha, representando o Ministério de Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), Secretaria Executiva do Fórum. O documento estabelece as regras gerais de funcionamento do FNEC, competências da presidência, secretarias e membros, periodicidade das reuniões e funcionamento dos grupos de trabalho. O documento reforça a natureza

voluntária, permanente e estratégica do Fórum, bem como as regras para votação, quórum, mandatos, inclusão de novos membros e condutas esperadas. Foi informado que as premissas nele contidas devem ser seguidas. A Secretária Júlia registrou que a elaboração do regimento foi realizada ao longo de três meses. Em seguida, o regimento foi aprovado sem ressalvas pelos membros presentes.

5. Apresentação do Plano Nacional de Economia Circular e Prioridades dos Eixos

A Sra. Sissi, nova Diretora do Departamento de Novas Economias (DNOVA/SEV/MDIC), agradeceu a recepção e destacou o trabalho conjunto realizado para priorização de ações dentro dos 5 eixos do Plano Nacional de Economia Circular (PLANEC). Enfatizou que o plano contém 71 ações, das quais foram definidas prioridades baseadas em critérios de complexidade, abrangência e impacto. Reforçou o convite para maior engajamento da iniciativa privada para mapeamento e participação nas próximas etapas. A Sra. Sissi ainda informou que se pretende apresentar as iniciativas privadas na próxima reunião.

5.1. Apresentação dos Eixos por seus Colíderes:

- **Eixo 1 (Davi Bomtempo – CNI):** Das quinze ações definidas neste eixo, foram destacadas três: (1) diagnóstico nacional setorial; (2) critérios para a seleção dos setores prioritários da ENEC; e (3) desenvolvimento de critérios de circularidade no programa Selo Verde. Ressaltou a importância da geração de dados confiáveis para a formulação de políticas públicas e apresentou as iniciativas que irão fomentar as ações priorizadas.
- **Eixo 2 (Bruno Prosdocimi - MCTI):** Explicou que o eixo 2 está focado nas questões transversais de fomento à ciência, tecnologia, desenvolvimento tecnológico, inovação, capacitação e formação de recursos humanos em diversos níveis, desde os básicos até os superiores. Para 2026, foram priorizadas ações de curto prazo, especialmente o incentivo à pesquisa. Entre as iniciativas principais estão a identificação das chamadas públicas e projetos em execução para detectar lacunas que devem ser supridas por futuras chamadas, o fortalecimento das infraestruturas de pesquisa e ensino superior voltadas para economia circular, e o desenvolvimento de chamadas públicas em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), envolvendo colaboração entre sociedade civil e governo, especialmente Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, MEC, MMA e MDIC.
- **Eixo 3 (Rogério Dias - ABDI):** Foi informado que das 18 ações previstas, quatro foram priorizadas, sendo que as três primeiras estão inter-relacionadas e vinculadas à logística reversa. A primeira ação refere-se à

criação de programas de incentivo voltados à redução de resíduos e à promoção de práticas circulares. A segunda, trata da ampliação dos decretos de logística reversa. A terceira ação propõe a expansão da infraestrutura necessária à logística reversa. A quarta ação está relacionada à prevenção do desperdício de alimentos e à valorização de resíduos orgânicos, com ênfase no Plano Nacional de Redução de Resíduos Orgânicos Urbanos (Planaro), que possui forte interface com o MMA.

O Sr. Rogério ainda destacou algumas iniciativas existentes, como o programa Recicla Brasil liderado pela ABDI, que busca consolidar práticas circulares; o projeto Abiplast, que atua no setor de plástico; e o programa Coopera +, que visa fortalecer cooperativas, especialmente no Distrito Federal, oferecendo infraestrutura adequada e melhorias na gestão dessas cooperativas. Também mencionou a importância dos decretos de logística reversa conduzidos pelo MMA e enfatizou a necessidade de incentivar a reciclagem e o desenvolvimento sustentável nessas áreas.

O Sr. Eduardo fez um “briefing” de atualização sobre a Lei de Incentivo à Reciclagem, destacando que a lei foi instituída em 2023 após o veto ter sido derrubado. Em 2023, foi criada a Comissão Nacional da Reciclagem e em 2024 foi publicado o decreto que regulamenta a Lei, em conjunto com o Ministério da Fazenda, e a portaria para operacionalização do mecanismo fiscal de incentivo. Em 2025, foi lançado o sistema para a recepção de propostas e firmado acordo com o Banco do Brasil para a gestão financeira da lei.

Até o momento, foram recebidos 736 projetos que totalizam cerca de R\$ 1 bilhão em pedidos de desoneração tributária, com previsão inicial de dedução fiscal limitada a R\$ 345 milhões conforme a Lei Orçamentária anual. Eduardo informou que há perspectivas favoráveis para que a validade da lei seja estendida, afastando dúvidas sobre o prazo inicial de 5 anos, o que pode fortalecer ainda mais o setor de reciclagem, beneficiando empresas, catadores, universidades e organizações da sociedade civil. Finalizou ressaltando a expectativa de que essa lei se torne o maior incentivo fiscal do Brasil voltado ao setor de reciclagem.

- **Eixo 4 (Matias Cardomingo - Ministério da Fazenda):** Neste eixo, três ações foram priorizadas. A primeira, consiste em identificar, propor e buscar implementar projetos-piloto de fontes de financiamento e linhas de crédito específicas para a estruturação de projetos e modelos de negócios voltados à economia circular. A segunda ação se refere ao alinhamento da taxonomia sustentável brasileira, com foco na transição para a economia circular e na redução da contaminação e poluição. Já a terceira, trata da implementação de incentivos para atrair investimentos em plantas de

remanufatura

e

recondicionamento.

Além disso, foram mencionadas parcerias com organismos internacionais, como a GIZ e o PNUMA, bem como com o BNDES. Informou-se, ainda, sobre o edital da Caixa voltado à economia circular.

- **Eixo 5 (Sissi - MDIC):** A Sra. Sissi informou que o Eixo 5 é coliderado pelo MDIC e pela Unicatadores e agradeceu a participação efetiva dos catadores. Ressaltou que, das 12 ações inicialmente mapeadas no eixo, foram priorizados dois macro-objetivos e três ações específicas: Macro-objetivo 5.2: Incentivar a contratação de catadoras e catadores de materiais recicláveis e reciclados, bem como atividades que envolvam a coleta, transporte, triagem e o processamento de resíduos, além de comunidades ligadas a manejos regenerativos para programas de conscientização ambiental; Macro-objetivo 5.3: Desenvolver estudos de viabilidade e de potencial regional ou local, incluindo análises detalhadas dos fluxos de materiais disponíveis nos territórios e considerando dimensões econômicas, sociais e ambientais e Fomentar a criação e o fortalecimento de redes de cooperativas, associações e outras formas de organização social voltadas para a economia circular, visando à ampliação de escala e capacidade de comercialização. Sobre as três ações priorizadas, a Sra. Sissi explicou que as mesmas incentivam a atividade de coleta e triagem realizada por catadores, além de programas de conscientização. As outras duas ações priorizadas tratam de estudos de viabilidade econômica e do fomento à criação de redes, algo considerado importante pelos catadores para fortalecer as cooperativas. Citou, também, algumas iniciativas relacionadas, como o programa pró-catadores tocado pelo Sebrae e CIISC; o projeto Inter redes tocado pelas cooperativas em parceria com o MMA; o decreto de pagamento por serviços ambientais em andamento no MMA; o Tudo pela Circularidade, fundo do BNDES, que prioriza o fortalecimento das cooperativas; o edital da Caixa para impulsionar o trabalho das cooperativas; e a criação de um censo para mapear toda a cadeia da reciclagem, além da elaboração de um guia orientativo para pagamentos por serviços ambientais voltados a grandes geradores.

6. Debate e Inscrições para Manifestação

- O Sr. Rodrigo Petri (INESP) ressaltou que a PEC da Reciclagem é um projeto meritório que deveria ser apoiado pelo fórum, pois existe a preocupação de que, após a reforma tributária, as cooperativas de catadores sofram incidência dos novos tributos (CBS e IBS), resultando em uma carga tributária elevada (aproximadamente 26,5%) nas vendas de materiais recicláveis. Ele explicou que isso poderia ser resolvido com o texto da PEC da bitributação. Por fim, questionou se não seria o caso de tratar essa ação

como uma prioridade do fórum. Em resposta, foi informado que a ação estava priorizada internamente, embora não aparecesse na lista oficial, mas que seria incluída formalmente. Ademais, a CNI informou que ainda não tem posição formada sobre a reforma tributária.

- A Sra. Luisa Santiago (Fundação Ellen MacArthur) destacou a importância de enxergar o potencial da economia circular para além da reciclagem, apontando que havia muito foco em reciclagem nos eixos apresentados. Ela sugeriu que o grupo tivesse um olhar mais amplo, incluindo ações de médio e longo prazo, para aproveitar as oportunidades geradas pelos novos investimentos, especialmente relacionados à nova indústria brasileira, como energias renováveis e manufatura de veículos elétricos. A Sra. Luisa sugeriu que fosse dado atenção a modelos de negócios que mantenham materiais e produtos circulando na economia, gerando maior retorno econômico e desenvolvimento industrial, integrando essas políticas às prioridades do Fórum.
- O Sr. Daniel (MRE) destacou a importância de trazer a perspectiva brasileira da economia circular, especialmente o papel dos catadores, para as discussões internacionais, como na COP30.
- O Sr. Dione Manette (Instituto Caminhos Sustentáveis) comentou sobre a questão tributária, ressaltando a distorção existente na cadeia da reciclagem, especialmente no impacto da tributação sobre os catadores, defendendo que a não incidência do imposto deveria ocorrer na base da cadeia para efetivamente beneficiar os catadores.
- O Sr. Lucas (SEV/MDIC) fez uma análise estratégica relevante destacando a importância fundamental do diagnóstico e da geração de dados robustos para o avanço da economia circular no Brasil. Enfatizou a necessidade de priorizar no Grupo de Trabalho 1 a construção de uma linha de base e, sobretudo, a criação de um índice de circularidade econômico que permita mensurar de forma clara e integrada os fluxos de materiais na economia brasileira, o aproveitamento de resíduos e o impacto ambiental decorrente, possibilitando o monitoramento e aprimoramento contínuo das ações do plano nacional. O Sr. Lucas manifestou apoio à inclusão da PEC da bitributação como uma ação estratégica prioritária, ressaltando a relevância política e legislativa dessa proposta para o setor da reciclagem.
- O Sr. Matias (Ministério da Fazenda) comentou que ainda não há consenso total sobre a tributação, mas está aberto ao avanço da discussão, destacando pontos importantes sobre isenção para cooperativas.

- A Sra. Helena (Yattó) destacou a importância de uma abordagem tripartite envolvendo municípios e estados para avançar no diagnóstico da economia circular.
- A Sra. Marina Serpa, no chat da reunião, sugeriu a inclusão da Frente Parlamentar Mista da Mulher Catadora no Comitê.

7. Apresentação da Chamada Pública da Caixa Econômica Federal para Economia Circular

A representante da CAIXA, Sra. Mariana Ruffo apresentou o edital que destina R\$ 20 milhões para projetos de transformação de resíduos em recursos, com foco em inclusão social, geração de renda e desenvolvimento sustentável. O edital contempla ações desde moda sustentável até desenvolvimento de cadeias produtivas inovadoras, com prioridade para populações vulneráveis. Os projetos devem ser estaduais, com duração de 24 a 36 meses, e inscrições até 18 de agosto de 2025.

8. Apresentação da Intranet (ENEC/PLANEC)

O Sr. Pablo Ortiz apresentou a ferramenta de intranet desenvolvida em SharePoint para centralizar documentos, contatos, acompanhar ações e facilitar a comunicação entre membros dos grupos de trabalho. O acesso é controlado pelos pontos focais do MDIC, com possibilidade de evolução para inclusão de atores-chave para o monitoramento de metas e de indicadores.

9. Apresentação do Caderno Temático de Economia Circular no Plano Nacional de Saneamento Básico

Representantes do Ministério das Cidades, Sras. Marcela Nectoux e Nathália Menezes e Sr. Geraldo Cunha, apresentaram um caderno temático que aborda a economia circular no contexto do saneamento básico, destacando a relevância do saneamento em políticas de circularidade, apresentação de casos de sucesso, matriz SWOT, desafios e oportunidades para o setor. Ressaltaram a importância do alinhamento entre saneamento e economia circular e a inclusão do Ministério das Cidades no fórum.

O Sr. André Melo, do Instituto Clima e Sociedade, ressaltou a importância de temas como o reúso de água e a recarga de aquíferos na economia circular, propondo discutir a segurança jurídica para aplicação dessas práticas no Brasil e a necessidade de incorporar o saneamento de forma efetiva na agenda da economia circular.

10. Informes Complementares

- O Sr. Bruno (MCTI) apresentou três editais abertos: um para apoio financeiro a eventos nacionais e internacionais, outro para projetos de cooperação

científica entre Brasil e Espanha com concessão de bolsas de mobilidade para pesquisadores, e um terceiro voltado para programas de pós-graduação que possam priorizar a economia circular. Destacou ainda a intenção de ampliar o fomento à ciência, tecnologia e inovação nessa área, com planejamento de novas chamadas públicas.

- O Sr. Matias fez um relato sobre a oficina para monitoramento da economia circular no Brasil, detalhando os objetivos, participantes, alinhamento estratégico e próximos passos para implementar uma base de dados integrada e indicadores específicos para a economia circular.

11. Encaminhamentos Finais

Foram definidos os seguintes encaminhamentos:

1. **Organização para COP30:** Fortalecer a participação das organizações nos eventos sobre economia circular nos dias 10 e 11 de novembro na COP30, promovidos pelo fórum.
2. **Engajamento na divulgação:** Atuar em rede para fomentar as iniciativas que os nossos parceiros estão realizando, como divulgar editais da Caixa, do MCTI, de outras organizações, ampliando o alcance das iniciativas.
3. **Aprovação do Regimento Interno:** Considerou o regimento aprovado, formalizando e oficializando seu uso nas próximas reuniões e atuações do fórum.
4. **Revisão da portaria do FNEC:** Iniciar processo para incluir formalmente o Ministério das Cidades, MRE e Sebrae na composição do fórum para ampliar representatividade.
5. **Acompanhamento legislativo:** Formalizar pedido para desapensamento do PL 1874/2022 do PL 3899/2012, buscando agilizar aprovação mais alinhada ao texto original. Além disso, preparar plano B para ajuste caso o PL3899/2012 seja aprovado.
6. **Inclusão e convite:** Considerar e acolher a manifestação da CNC para participar ativamente do fórum e seus grupos de trabalho.
7. **Reforço na PEC da Reciclagem:** Apoiar e fortalecer a coleta de assinaturas para aprovação da PEC, destacada essencial para evitar bitributação e fortalecer o setor de catadores.
8. **Monitoramento e Diagnóstico:** Priorizar a construção de linha de base, indicadores e eventual índice de circularidade nacional, conforme destacado pelo Grupo de Trabalho do Eixo 1.
9. **Inserção na Lei Orçamentária:** Incentivar ministérios e membros a encaminharem propostas de projeto para previsão orçamentária relacionada à economia circular para 2026, especialmente ao Grupo de Trabalho do Eixo 4.

12. Considerações Finais

O Secretário Adjunto, Lucas Ramalho, agradeceu ainda toda equipe da SEV/MDIC em especial o Departamento de Novas Economias, pela condução dos trabalhos,

e encerrou a reunião com agradecimento a todos os participantes, presenciais e remotos.

Encerramento: A reunião foi formalmente encerrada após encaminhamentos e agradecimentos.